

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO CONSELHEIRO RODRIGO MELO DO NASCIMENTO**DECISÃO MONOCRÁTICA GC-7****PROCESSO: TCE-RJ Nº 210.908-0/20****ORIGEM: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO****ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO – EXERCÍCIO DE 2019**

Trata o presente processo da Prestação de Contas de Governo do Município de Cantagalo, relativa ao exercício de 2019, sob a responsabilidade do Prefeito, Sr. Joaquim Augusto Carvalho de Paula, encaminhada a este Tribunal para emissão de Parecer Prévio, conforme previsto no art. 125, incisos I e II, da Constituição Estadual.

Após análise, a Secretaria-Geral de Controle Externo (SGE), em sua instrução, por meio da 3ª Coordenadoria de Auditoria de Contas, e o Ministério Público de Contas, em seu parecer, manifestam-se pela emissão de Parecer Prévio Contrário à aprovação das Contas de Governo do Município de Cantagalo, relativas ao exercício de 2019, em face da Irregularidade a seguir reproduzida:

IRREGULARIDADE

– Foi constatado o pagamento de despesas com pessoal à conta de recursos das parcelas de royalties da produção, não excetuadas pelas Leis Federais n.º 10.195/01 e n.º 12.858/13, resultando em despesas vedadas pelo artigo 8º da Lei Federal n.º 7.990/89.

É o Relatório. Passo a decidir.

Após detido exame dos autos, observo que o Poder Executivo do Município de Cantagalo aplicou 11,39% dos recursos provenientes de *royalties* e participações especiais na saúde e 70,39% na educação, em desacordo com o disposto no art. 2º, § 3º, da Lei nº 12.858/13.

A aludida Lei determina que devem ser aplicados, na saúde e na educação, em acréscimo ao mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal, 25% e 75%, respectivamente, das receitas provenientes dos *royalties* e participações especiais relativas a contratos celebrados a partir de 03/12/2012, sob os regimes de

concessão, de cessão onerosa e de partilha de produção, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva.

Assim, a par da Irregularidade apontada pela Secretaria-Geral de Controle Externo e pelo Ministério Público de Contas, reputo necessário inserir a **não aplicação dos recursos dos royalties, nos percentuais previstos no art. 2º, § 3º, da Lei nº 12.858/13, na saúde e na educação** no rol de Irregularidades capazes de macular as contas do responsável.

Posto isso, à luz do princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, constato a necessidade, nos termos do art. 45, § 1º, do Regimento Interno desta Corte, acrescentado pela Deliberação TCE-RJ nº 294/18, de que o responsável pelas contas seja comunicado para, se assim entender necessário, obter vista dos autos e apresentar manifestação escrita.

Ex positis, concluída a análise pela Secretaria-Geral de Controle Externo e pelo Ministério Público de Contas, profiro

DECISÃO MONOCRÁTICA:

Pela **COMUNICAÇÃO** ao Sr. Joaquim Augusto Carvalho de Paula, responsável pela Prestação de Contas de Governo do Município de Cantagalo, referentes ao exercício de 2019, nos termos do art. 45, § 1º, do Regimento Interno desta Corte, acrescentado pela Deliberação TCE-RJ nº 294/18, cientificando-lhe da possibilidade de obter vista dos autos e apresentar manifestação escrita, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contado a partir da ciência desta Decisão, quanto às irregularidades apontadas pelo Corpo Técnico, pelo Ministério Público de Contas, assim como acerca da Irregularidade inserida nesta Decisão, alertando-o, desde já, de que não será admitida a apresentação de quaisquer manifestações ou defesas complementares após o esgotamento do prazo estabelecido, a saber:

a. Irregularidade nº 1 do Corpo Instrutivo e do Ministério Público de Contas:

Foi constatado o pagamento de despesas com pessoal à conta de recursos das parcelas de *royalties* da produção, não excetuadas pelas Leis nºs 10.195/01 e 12.858/13, resultando em despesas vedadas pelo art. 8º da Lei nº 7.990/89.

b. Irregularidade nº 2 inserida por este Relator:

O Poder Executivo não aplicou a parcela das receitas provenientes dos *royalties* e participações especiais relativas a contratos celebrados a partir de 03/12/2012, sob os regimes de concessão, de cessão onerosa e de partilha de produção, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva, nos percentuais previstos no art. 2º, § 3º, da Lei nº 12.858/13, no montante de 75% na área de educação e 25% na área de saúde.

GC-7, em 22 / 09 / 2020.

RODRIGO MELO DO NASCIMENTO
Relator